

Emergência do movimento operário na Venezuela. Paralisação Petroleira e Resistência na construção de uma identidade operária no processo bolivariano

Vicente Neves da Silva Ribeiro*

Resumo: Esta comunicação analisa a emergência do movimento operário no processo bolivariano a partir da disputa pelo controle do petróleo cujo ponto alto foi a Paralisação Petroleira de 2002/2003 e a resistência a ela. De 2001 a 2003 a Venezuela foi palco de uma aguda disputa hegemônica na qual a questão do petróleo foi o eixo articulador. A entrada do movimento operário enquanto um dos sujeitos protagônicos do processo bolivariano é um ponto fundamental para a radicalização deste processo e a gênese de um horizonte anticapitalista. Por fim, busca-se levantar algumas respostas tentativas para as possíveis articulações entre a questão nacional e o movimento operário na periferia do capitalismo bem como qual papel este pode desempenhar em uma sociedade na qual, apesar de marcadamente proletarizada, os principais espaços de identidade de classe se enfraquecem.

Palavras-Chave: Paralisação Petroleira, Venezuela, Movimento Operário.

Résumé: Cette communication analyse l'émergence du mouvement ouvrier dans le processus bolivarien à partir de la dispute pour le contrôle du pétrole qui a atteint son point culminant avec la Paralysation Pétrolière de 2002/2003 et la résistance à ce mouvement. De 2001 à 2003 le Venezuela a passé pour une forte dispute hégémonique dans laquelle la question pétrolière fut son axe. L'entrée du mouvement ouvrier comme un des sujets actifs du processus bolivarien é un point fondamental pour sa radicalisation et la construction d'un horizon anti-capitaliste. Comme conclusion, la communication veut lancer certaines réponses entre les possibles articulations entre la question nationale et le mouvement ouvrier dans la périphérie du capitalisme tout comme le rôle que celui-là peut jouer dans une société dans laquelle, même si très prolétarisée, les principaux espaces d'identité de classe s'affaiblissent.

Mots-Clé: Paralysation Pétrolière, Venézuéla, Mouvement Ouvrier.

Esta comunicação busca compreender o papel que, no marco da paralisação petroleira de 2002/2003, cumpriu o movimento operário venezuelano. Este momento é um dos mais importantes capítulos da disputa pelo controle do petróleo travada entre 2001 e 2003 pelo bloco bolivariano e o de oposição. A partir desta situação, nos interessa compreender as distintas formas de intervenção dos setores populares, em um contexto marcado pela polarização e radicalização política, no qual as disputas passaram a ser resolvidas por fora dos canais institucionais.

Apresentamos aqui tão somente algumas indicações iniciais da pesquisa sobre a atuação do movimento operário e popular durante o locaute petroleiro de 2002/2003, pesquisa

*Mestrando em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista Capes.

esta que se insere em uma problemática mais ampla desenvolvida na dissertação e que analisa o conjunto do período de disputa pelo controle do petróleo. Há ainda um longo caminho para investigar o papel dos setores explorados nesta disputa.

Para compreender atuação do movimento operário venezuelano buscaremos definir, inicialmente, o novo momento vivido pelo país a partir do final da década de 1980, momento de crise tanto do modelo econômico quanto do regime político.

A história venezuelana esteve durante boa parte da segunda metade do século XX distanciada dos processos vividos pelos demais países da América do Sul, fortemente marcados pela existência de golpes de estado e ditaduras militares. Após a derrubada da ditadura de Pérez Jimenez, em 23 de janeiro de 1958, o país entrou em um ciclo constitucional que só seria transformado em 1999 e rompido temporariamente em 2002. Isto não oculta o fato que, sobretudo durante a década de 1960, o país esteve marcado pela insurgência guerrilheira e a repressão estatal. A partir da década de 1970, especialmente a partir do aumento dos preços do petróleo, a Venezuela passou caracterizar-se pela consolidação de um sistema de conciliação de classes baseado na renda petroleira e na existência de um conjunto de instituições mediadoras entre o Estado e os distintos setores da sociedade, entre as quais se destacam os grandes partidos políticos, Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Político Eleitoral Independente (COPEI, social-cristão), e as organizações representativas dos empresários e trabalhadores, respectivamente a Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela (Fedecâmaras) e a Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV).

Esta situação mudaria a partir dos primeiros anos da década de 1980, quando o modelo econômico baseado no desenvolvimento alicerçado na renda petroleira entra em crise, tanto pelas políticas implementadas durante o auge dos preços do petróleo que aumentaram o endividamento e as importações do país, quanto pela queda dos preços no início da década de 1980. O primeiro sintoma visível desta crise é o *Viernes Negro*, 18 de fevereiro de 1983, dia no qual a moeda do país, o bolívar, foi desvalorizado em relação ao dólar pela primeira vez em mais de uma década.

O momento no qual a crise econômica atinge em cheio o regime político é o Caracazo. Este foi uma grande revolta popular a partir de 27 de fevereiro de 1989 contra as medidas econômicas acordadas entre o recém-eleito presidente Carlos Andrés Pérez e o

Fundo Monetário Internacional que, entre outras medidas, aumentava o preço interno da gasolina em 100%, gerando um forte aumento das passagens de ônibus. A explosão popular começou pelo protesto contra os preços da passagem e posteriormente transformou-se em uma jornada de saques. O governo decretou a suspensão das garantias constitucionais e convocou o exército para reprimir de maneira sangrenta a população, deixando um saldo de 3 mil mortos. Este acontecimento marcou a quebra definitiva do *putofijismo*, sua perda de legitimidade pela incapacidade de promover a conciliação de classes.

O descontentamento com o regime político passou a expressar-se de diferentes maneiras (abstenção, votação contra os partidos tradicionais, ação política por fora dos canais tradicionais) inclusive no âmbito das Forças Armadas. Em seu interior, durante todo o período do Pacto de *Punto Fijo*, nunca deixaram de existir trabalho político das organizações de esquerda. A nova situação do país abre espaço para que este se condense em duas insurreições militares durante o ano de 1992. Estas lançam para amplos setores populares a liderança bolivariana, expressa na figura do tenente-coronel Hugo Chávez Frías. Os principais símbolos deste movimento algumas das figuras históricas da Venezuela, como Simon Bolívar, Ezequiel Zamora e Simon Rodriguez. Estes referenciais da nacionalidade venezuelana são relidas de maneira a ressaltar sua influência antiimperialista, anti-oligárquica e integracionista com as demais nações da América Latina.

A crise do regime abre espaço para a potencialização da *política de la calle*, da política fora das instituições que tradicionalmente canalizavam as demandas populares. Esta nova dinâmica permite compreender o contexto no qual se fortalece as propostas do movimento bolivariano, o qual se caracterizava pela bandeira da refundação do país através de uma assembléia constituinte.

Este movimento se transforma, a partir da saída de Hugo Chávez da prisão em 1994, de um movimento militar clandestino em um poderoso movimento de massas que após quatro anos se apresentaria nas eleições de 1998 e venceria com mais da metade dos votos dos venezuelanos. O primeiro período do governo de Chávez pode ser caracterizado como de mudanças institucionais, cujas disputas definiram-se, sobretudo no terreno eleitoral. A partir de 2001, suas medidas passam a afetar os principais setores da classe dominante, abrindo um período de aguda disputa hegemônica.

O Contexto da disputa

O ano de 2001 é decisivo para compreender o processo bolivariano pois nele inicia-se o período de aguda disputa hegemônica entre este projeto e os setores dominantes do país. Tal disputa é aberta pela apresentação pelo governo de 49 Leis Habilitantes destinadas a concretizar uma série de princípios expressos na Constituição de 1999. Entre as novas leis, foram combatidas com maior virulência as Leis de Terras, Pesca e Hidrocarbonetos.

A partir deste momento a grande novidade da conjuntura venezuelana é uma ação articulada dos setores dominantes com uma importante capacidade de convocatória e mobilização, levando consigo a maior parte da classe média. Vale destacar igualmente o papel que os Estados Unidos cumpriram através de agências de financiamento como a NED (National Endowment for Democracy) e a USAID (United States Agency for International Development) para aportar volumosas quantidades de recursos e assim contribuir de maneira decisiva para a unidade da oposição ao redor do objetivo de derrubar o governo de Hugo Chávez (GOLLINGER, 2005).

Este período mais agudo de disputa pode ser delimitado entre o final de 2001 e a vitória do campo bolivariano no referendo revogatório em agosto de 2004. Os pontos culminantes desta disputa foram o golpe de estado de 2002 e a paralisação petroleira da virada e 2002 para 2003. Entre as principais organizações podemos citar no campo empresarial a Fedecâmaras, que através de seu presidente Pedro Carmona, proporcionou a liderança mais importante da oposição. Durante este período, a principal organização nacional representativa dos trabalhadores, a CTV, cumpriu, junto com a organização patronal, um papel central na mobilização da oposição, ação esta que buscaremos compreender a partir da análise da história recente do movimento operário do país.

O movimento operário venezuelano

Por movimento operário, compreende-se ação dos trabalhadores ao redor de uma identidade de classe articulada em organizações nas quais o pertencimento de classe é reivindicado e reproduzido. Desde esta definição podemos afirmar que a ação da classe trabalhadora é mais ampla do que o movimento operário tendo em vista que pode estar organizada desde outros espaços, como o espaço comunitário. Compartilhamos igualmente uma definição de classe trabalhadora que não se limita aos operários industriais, abarcando

todos aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho, aqueles que Ricardo Antunes chama classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2007: 102).

Vale destacar que as estruturas organizativas dos trabalhadores estão sempre ameaçadas pela burocratização isto é, que de representantes dos trabalhadores organizados passem a representar interesses próprios. A história recente do movimento operário venezuelano foi fortemente marcada por esta tendência, devido ao papel cumprido por este sindicalismo na estrutura de conciliação de classes do Pacto de *Punto Fijo*. Por esta razão, a crise deste regime político arrastou consigo esta central sindical, já enfraquecida pela crise do modelo econômico que minou, a partir da década de 1980, suas bases de apoio (ELLNER, 2003a: 209-10).

Igualmente as opções políticas da CTV ao longo da década de 1990 atingiram sua credibilidade enquanto porta-voz dos trabalhadores venezuelanos. Um marco para esta nova situação foi sua aproximação com o governo de Rafael Caldera¹. Apesar de sua plataforma anti-neoliberal, este governo, frente ao agravamento da crise econômica, passou a adotar uma série de políticas neoliberais, tendo como momento emblemático a reforma da seguridade social e do sistema de contribuições sociais dos trabalhadores. Esta reforma é importante para compreender as transformações da CTV ao longo década, adotando sobre o tema uma postura distinta à assumida historicamente. Quando uma proposta que apontava no mesmo sentido foi apresentada em 1990 pelo governo Carlos Andrés Pérez e por Fedecâmaras, a CTV rechaçou a proposta de discussão.

A partir de meados da década de 1990 no marco de sua aproximação com o governo Caldera, a CTV aceitou tomar parte da Comissão Tripartite formada pelo governo para formular uma proposta de alteração do sistema de contribuições sociais e da seguridade social em geral. Apesar de apresentar emendas à proposta do governo, a CTV terminou aceitando a reforma sem a incorporação efetiva de nenhuma de suas proposições, contentando-se com a promessa de maiores salários e redução do desemprego feita pela Fedecâmaras, promessas estas que não se efetivaram(ELLNER, 2003b).

Por outro lado, a CTV sofreu seu mais importante desafio pela emergência do *Novo Sindicalismo* no Estado industrial de Guayana, tendo como eixo o movimento operário

¹ Caldera, fundador do partido Copei e um dos signatários do Pacto de Punto Fijo, rompe com seu partido para lançar-se à presidência em 1994, apoiado por uma coalizao de partidos entre os quais estavam diversos partidos da esquerda venezuelana (MAS, PCV)

da Siderúrgica do Orinoco (Sidor). Encabeçado por *La Causa R*, este movimento obteve um êxito importante nesta região, apesar não conseguir constituir uma nova liderança nacional que se sobrepusesse ao sindicalismo tradicional (LÒPEZ-MAYA, 2005).

Durante o período de disputa hegemônica que marcou o país entre 2001 e 2004, a CTV tomaria uma posição dirigente no seio do bloco opositor, defendendo junto com outros atores, o antigo regime político. Sua ação a partir deste momento se concentra quase exclusivamente no combate ao governo Chávez e suas principais medidas.

O *paro petrolero* e o papel do movimento operário

A paralisação iniciada no dia 2 de dezembro de 2002 marca outro momento decisivo da disputa pelo poder na Venezuela. Este seria o início da segunda investida da oposição de maior impacto após o frustrado golpe de estado de abril do mesmo ano. A empresa nacional de petróleo, PDVSA, foi o âmbito no qual após o golpe o governo mais concede aos setores golpistas. Logo após sua volta ao poder, Chávez aceitaria a renúncia da junta diretiva presidida por Gastón Parra Luzardo. Em seu lugar, assumiriam gerentes claramente identificados com o golpe de estado fracassado².

O início da paralisação da PDVSA marca o momento mais crítico da paralisação empresarial, pois atinge uma indústria vital para o funcionamento do conjunto da economia do país. Sua definição de paralisação petroleira é expressão da importância da indústria petroleira para o país.

A associação Gente do Petróleo foi a principal organizadora da paralisação da PDVSA, organizando a ação dos gerentes. Surgida à raiz do conflito aberto ao longo do ano de 2002 entre o governo e a alta gerência da empresa, esta associação representou os estratos superiores da empresa. Sua grande bandeira era a defesa da meritocracia contra a politização, a defesa da autonomia da empresa frente aos interesses do governo (LANDER, 2004).

A organização do *paro petrolero* envolveu, sobretudo a gerência da empresa. Esta confiava que a estrutura de comando hierárquico existente na empresa a permitiria levar o conjunto dos trabalhadores a aderir à paralisação. Além disso, diversos testemunhos

² Chávez reconhecera posteriormente as limitações desta política mas a definiria como um recuo para fortalecer-se em outros setores, notadamente nas Forças Armadas.

evidenciam a certeza que os gerentes tinham de sua imprescindibilidade para o funcionamento da indústria.

Os organizadores da paralisação esperavam em alguns dias derrubar o governo, entretanto esta situação desata uma importante mobilização popular em defesa do processo de transformações em curso. No marco desta, pela primeira vez durante o processo bolivariano, o movimento operário assume um protagonismo próprio.

A resistência à paralisação se articula fundamentalmente entre três atores: o movimento operário, as comunidades mobilizadas e as Forças Armadas. As Forças Armadas atuaram de forma bastante coesionada contra a paralisação petroleira, tendo em vista que foi neste setor que a ofensiva do governo foi mais efetiva na remoção dos setores que apoiaram o golpe de abril. O movimento popular esteve organizado, sobretudo ao redor dos Círculos Bolivarianos.

O movimento operário passa a intervir sobretudo a partir dos trabalhadores petroleiros que, desde seus locais de trabalho, se mantiveram trabalhando. Conforme constata diversos testemunhos deste processo, foi necessário que os trabalhadores, para que a indústria possa voltar a funcionar, assumir o controle das instalações (YANES, 2004). Nas palavras de um dos dirigentes da UNT, Orlando Chirino:

Por tanto creo que el gran suceso, que permitió inclinar la balanza a favor de la construcción de la UNT, fue el triunfo sobre el paro saboteo patronal (...) En abril de 2002, se derrotó por la vía insurreccional un régimen dictatorial que en pocas horas cercenó las conquistas y libertades democráticas. A diferencia de aquella, creo que en diciembre-enero de 2003 hubo una revolución que le arrebató el feudo que el imperialismo y la oligarquía tenían sobre PDVSA y varias industrias más; y la clase obrera ejercitó por varios días el Control Obrero sobre la producción, no sólo en PDVSA, sino también en las empresas básicas, el sector eléctrico y muchas más (GÓMEZ, 2005: 14)

Saldos políticos e organizativos da disputa

O principal saldo organizativo no âmbito do movimento operário foi a construção da União Nacional dos Trabalhadores enquanto uma nova central em substituição da CTV. Esta demonstrou rapidamente sua condição pouco representativa, pois, após a fundação da UNT, seu número de sindicalizados se reduziu para 200 mil enquanto os da UNT se elevaram para quase 2 milhões (GUERRERO, 2006).

Outro elemento é um fortalecimento de uma perspectiva antiimperialista e, em alguma medida, anticapitalista da questão nacional. Esta é sem dúvida o eixo articulador do processo bolivariano. O bolivarianismo radical expresso atualmente na Venezuela é uma reinterpretação da identidade nacional venezuelana e de seus principais símbolos em um momento de crise econômica e política do país. Neste marco, há uma mudança nos setores sociais que o promovem e nos conteúdos expressos por este nacionalismo.

A América Latina tem uma rica tradição de nacionalismos radicais entre os quais o mais destacado é a tradição revolucionária cubana pelo seu impacto sobre os países da região e sua conexão com o socialismo. A vitalidade desta tradição transparece de forma clara nestes primeiros anos do século XXI.

As possibilidades de radicalização de um processo de transformação social a partir da questão nacional se articulam entre os limites colocados pelos setores dominantes e as possibilidades abertas pelo protagonismo dos setores populares. Cabe destacar que este protagonismo se manifesta através de distintos programas, formas e espaço de luta. Neste sentido, a intervenção de determinados setores sociais e a forma com esta acontece determina as possibilidades de radicalização.

Outro desafio que está colocado para o movimento operário venezuelano é qual relação este estabelecerá com os demais setores explorados da sociedade particularmente com os demais setores da classe trabalhadora, em uma sociedade que, apesar de fortemente proletarizada, tem seus principais espaços de identidade de classe reduzidos. Conforme afirma Antunes:

O desafio maior da classe-que-vive-do-trabalho, nesta virada do século XX para o XXI, é soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo mas que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas formas de (des)sociabilização (ANTUNES, 2007: 192).

Além da diferenciação acima exposta por Antunes, podemos diferenciar a classe trabalhadora igualmente pela sua relação com os espaços de organização e identidade de classe, como os sindicatos. Se por vezes as mesmas linhas de demarcação acima citadas podem ser transpostas, isto é que os trabalhadores mais diretamente vinculados ao processo

produtivo apresentam um maior nível de organização e sindicalização, isto nem sempre se verifica, tendo em vista o grande número de operários terceirizados que realizam o mesmo tipo de atividade que seus colegas contratados diretamente por determinada empresa³.

A questão organizativa é um aspecto crucial para debater os desafios do movimento operário venezuelano. A consciência de classe se estrutura ao redor de determinados segmentos mais mobilizados, núcleos identitários que por sua capacidade de mobilização, organização e diálogo com outros segmentos dos trabalhadores são chave na promoção do pertencimento de classe. Neste sentido, a debilidade da ação classe trabalhadora na realidade é sobretudo expressão de uma crise destes espaços de organização e representação da classe e na diminuição relativa e, em alguns casos, absoluta do peso numérico e político dos setores mais organizados da classe trabalhadora. O que não se verifica é uma redução da classe trabalhadora enquanto tal. Para superar esta situação, um dos desafios é uma reinvenção dos espaços de organização dos trabalhadores a fim de incorporar o conjunto da classe em uma ação política comum.

Tais elementos expostos nesta comunicação constituem-se em apontamentos iniciais de uma investigação em curso. Esta buscará sistematizar o conjunto de experiências vivenciadas pelos trabalhadores durante a paralisação a fim de caracterizar com maior rigor seu papel nesta conjuntura e a influência desta ação sobre o conjunto do processo bolivariano.

Referências Bibliográficas:

- ANTUNES, Ricardo (2007). Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.
- ELLNER, Steve (2003a). “El sindicalismo frente al desafío del chavismo”. In: ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel. *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad,
- ELLNER, Steve (2003b). “Tendencias recientes em el movimiento laborar venezolano: autonomía vs control político”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, Vol. 9, Nº 3, FACES.
- GOLLINGER, Eva (2005). O Código Chávez. Caracas: Monte Ávila Editores.

³ Na Venezuela, o caso mais emblemático desta situação, pelo impacto que a luta destes trabalhadores teve na vida política do país, é a siderúrgica Sidor, a maior da Venezuela e da região Andina, palco de meses de luta tanto dos trabalhadores contratados quanto terceirizados, que teve como desenlace a nacionalização da empresa em abril de 2008.

- GÓMEZ, Gonzalo; TÁBATA, Américo; GÁMEZ, Nelson (2005). *Conversatorio con Orlando Chirino*. Apo-Reportajes. Caracas: Aporrea.
- GUERRERO, Modesto (2006). Constitución, dinámica y desafíos de las "vanguardias" en la revolución bolivariana. *Herramienta*, n°33, Buenos Aires.
- LANDER, Luís E. (2004). "La insurrección de los gerentes: PDVSA y el gobierno de Chávez". *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, Vol 10, N° 2, FACES.
- LÓPEZ-MAYA, Margarita (2005). *Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio*. Caracas: Alfadil, 2005.
- LÓPEZ-MAYA, Margarita; MEDINA, Medófilo (2003). *Venezuela: confrontación social y polarización política*. Bogotá: Aurora.
- YANES, Marianella (ed.) (2004). *Testimonios de un rescate*. Caracas: PDVSA.